



**Ata da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho da Agenda Nacional de Trabalho
Decente-ANTD**

Local: Edifício-sede do Ministério do Trabalho e Emprego, sala 545, Bl. “F”

Data: 27/02/2008

Hora: Das 10h às 14h

Participantes:

Governo -

Adriana Maria Giuberti, Suplente do MTE/SRT;

Adriana Phillips Ligiéro, Suplente do MTE/SPPE;

Diego Folly de Andrade, Suplente do MTE/SIT;

Eduardo Diniz Fonseca, Titular do MTE/FUNADACENTRO;

Eudes da Silva Carneiro Titular do MTE/SRT;

José Humberto Maurício de Lira, Suplente do MTE/PMPO –GM;

José Marçal Jackson Filho, Suplente do MTE/FUNDACENTRO;

Mario dos Santos Barbosa, Titular do MTE/GM

Paulo Sérgio de Almeida, Titula do MTE/CNIg;

Pedro Amaral, Suplente do MTE/ASSINT – GM;

Sara Portella, Suplente do MTE/ASSINT;

Sérgio Paixão Pardo, Suplente MTE/ASSINT – GM; e

Silvio Luiz Alves Carneiro, MTE.

Empregadores –

Adriana Giuntini, Titular (CNT);

Alain Alpin Mac Gregor, Suplente (CNC);

Cristina Soares Linhares, Titular (CNI);

Damião Cordeiro de Moraes, Titular (CNF); e

Luciana Cardoso, Suplente (CNA).

Observadores –

Adriana Augusta de Moura, Representante do MPT; e

Christian Ramos, Representante da OIT.

1 Aos vinte sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, das dez às quatorze
2 horas, no Edifício-sede do Ministério do Trabalho e Emprego, sala 545, Bloco “F”
3 Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF, realizou a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho
4 da Agenda Nacional de Trabalho Decente – ANTD, presidida pelo senhor Mario dos
5 santos Barbosa, representante do Ministério do Trabalho e Emprego/GM, o qual
6 cumprimentou a todos e pediu que se iniciassem uma rodada de apresentação. Assim
7 sendo, apresentaram-se os senhores Alain Alpin Mac Gregor, representante da
8 Confederação Nacional do Comércio – CNC; Cristina Soares Linhares, representante da
9 Confederação Nacional da Indústria – CNI; Jose Camargo Souza, representante da
10 União Geral dos Trabalhadores (GT); Diego Folly de Andrade, representante da
11 SIT/MTE; Paulo Sérgio Almeida, Coordenador-Geral do CNIg/MTE; Eudes da Silva
12 Carneiro, assessor da Secretaria de Relações do Trabalho – SRT; Christian Ramos,
13 representante da Organização Internacional do trabalho – OIT; Beatriz Cunha,
14 representante da OIT; Sílvio Luiz Alves Carneiro, representante da Força Sindical, em
15 substituição ao presidente do Sindicato dos Comerciários e representante da Força
16 Sindical, Nilton Neco; Anízio Melo, representante da CUT; Eduardo Diniz Fonseca,
17 representante da Fundacentro; José Marçal Jackson Filho, Suplente Fundacentro; José
18 Marçal, Fundacentro; Damião Cordeiro de Moraes, representante da Confederação
19 Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Maria Lúcia Pimentel, representante da
20 CGTB; Adriana Augusta de Moura Souza, representante do Ministério Público do
21 Trabalho – MPT; e Sérgio Paixão Pardo, representante da ASSINT-GM. Depois das
22 devidas apresentações, o senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE, conforme ordem
23 do dia, fez a distribuição dos seguintes pontos: Atualização da informação sobre o
24 estado do processo de implementação da agenda de trabalho decente; a questão dos
25 indicadores do trabalho decente; e a discussão de um plano de trabalho para o ano
26 vigente. Além disso, tal agenda deveria conter a questão do regimento interno do grupo
27 previsto pela portaria, pois na primeira reunião iriam examinar a proposta de regimento.
28 Entretanto, delineou que ia ficar devendo, porque não conseguiram a tempo trabalhar,
29 mas iam ocupar-se dessa expectativa de até quarta-feira da próxima semana distribuírem
30 uma proposta ao grupo para exame, de modo que pudessem na próxima reunião discutir
31 o Regimento Interno. Outro ponto colocado foi em relação à questão de sistema de
32 indicadores, sobre o qual não fora possível concluir um trabalho que estava em
33 desenvolvimento advindo de uma proposta que o Ministério do Trabalho vinha
34 elaborando em convênio com a Unicamp, Dieese e a OIT. Assim sendo, sugeriu que

35 discutissem uma forma de como trabalhar com a questão dos indicadores, no intuito,
36 inclusive, de construir uma proposta inicial de um plano nacional de trabalho decente.
37 Por outro lado, informou sobre a atualização da implementação da agenda, um tema que
38 estava na agenda global, nos organismos multilaterais a partir de uma iniciativa que a
39 OIT teve de sistematizar, segundo ele, numa forma de intervir em tal conceito; fez
40 menção ao período da Revolução Industrial, quando se passou a discutir a questão das
41 jornadas extensas de trabalho, do trabalho infantil, trabalho forçado, entre outros pontos,
42 quando, desde então, passou-se a tratar a questão do trabalho decente do ponto de vista
43 de conceito; porém, disse que apenas recentemente a OIT passou a estruturar sobre o
44 termo trabalho decente. Da mesma forma, mencionou que uma agenda vinha sendo
45 assimilada pelos diferentes organismos internacionais e, mais recentemente, nas Nações
46 Unidas, além de que, a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social teve
47 recentemente em fevereiro, reunião em Nova Iorque, para fazer uma discussão mais
48 aprofundada sobre o tema e promover o pleno emprego e trabalho decente; informou
49 que teriam em breve um documento da conferência, do qual se poderia perceber um
50 posicionamento forte: de um lado o G77 defendendo a posição dos países G77 somados
51 à China, em defesa da posição dos países em desenvolvimento em relação à linguagem
52 e ao conceito a ser utilizado; do outro lado, a União Européia e os Estados Unidos com
53 uma posição mais defensiva em relação aos temas e alguns pontos do projeto de
54 declaração que tava sendo proposto, a ponto de sair um acordo na última hora, no
55 fechamento da conferência, com duração de dez dias. Da mesma forma, enfatizou que
56 tinham em termo de Brasil, portanto, uma missão de como implementar a Agenda
57 Nacional de Trabalho Decente - uma proposta que a OIT tinha para todos os países -,
58 além da construção de Planos Nacionais de trabalho decente. Nesse sentido, citou a
59 experiência recente da Argentina, que há cerca de três anos implementou seu programa
60 e passou pelo primeiro processo de avaliação na última reunião do Conselho de
61 Administração da OIT, assim como México e Panamá. De acordo com ele, o Ministro
62 Lupi pediu que o grupo de trabalho pudesse trabalhar intensamente nas próximas
63 semanas, de modo que pudessem em 1º de maio de 2008 ter um esboço de um plano
64 nacional de trabalho decente, que era basicamente articular os atuais programas e ações
65 nacionais correspondentes ao tema já existentes. Isso faria parte de um diagnóstico da
66 situação do trabalho decente no Brasil. Em outras palavras, informou que a assessoria
67 internacional ia ter a tarefa de ser a Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial com
68 a missão de conduzir os assuntos relativos aos órgãos, fóruns internacionais e entidades

69 dos governos estrangeiros em temas de interesse do Ministério do Trabalho, além de
70 coordenar e supervisionar as atividades no âmbito internacional em articulação com os
71 demais órgãos, ou seja, com Ministério e secretarias diferentes; fez saber, ainda, que
72 esse grupo de trabalho foi instituído pela Portaria 540, de novembro de 2007, e era
73 composto de uma composição tripartite, com o Ministério do Trabalho e as
74 confederações patronais e centrais sindicais. Nesse ínterim, conceituou, em linhas
75 gerais, o conceito de trabalho decente, o qual tinha a ver com um trabalho produtivo,
76 renda digna, segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias com
77 perspectiva de desenvolvimento pessoal e liberdade de opinião e organização, bem
78 como participação nas decisões que afetam as vidas dos trabalhadores, das famílias e da
79 igualdade de oportunidade e tratamento para homens e mulheres - a questão da
80 equidade; complementou que o trabalho decente se apoiava sobre os quatro chamados
81 pilares ou eixos estratégicos, que era o respeito às normas internacionais do trabalho,
82 em particular, os princípios e direitos fundamentais do trabalho, que têm a ver com a
83 liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, ou seja,
84 a eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva de trabalho
85 infantil e a eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e
86 ocupação. Outros pilares citados foram a promoção do trabalho de qualidade e
87 desenvolvimento empresarial, a extensão da proteção social e o diálogo social como
88 mecanismo da boa governança. Com relação aos objetivos do trabalho decente que
89 estavam escritos, mencionou as metas do milênio, entre as quais a redução da pobreza e
90 a promoção do desenvolvimento equitativo, inclusive, sustentável, os quais deviam ser
91 implementados em parceria com a OIT e governos, empregadores, trabalhadores,
92 instituições representativas do sistema multilateral e da economia global. Sob essa
93 perspectiva, lembrou a trajetória mais recente do conceito de trabalho decente, tendo
94 como referências o memorando de entendimento firmado entre o governo brasileiro e a
95 OIT em dezembro de 2003 pelo presidente Lula e o Diretor-Geral da OIT, Juan Som
96 Avia. No ano seguinte, em 2004, citou a Conferência Regional do Emprego do
97 Mercosul, realizada em Buenos Aires, referência importante do ponto de vista de
98 assimilação regional dessa agenda. Posteriormente, as diversas edições da conferência
99 interamericana de ministros do trabalho da OEA: El Salvador em 2003; no México em
100 2005 e Porto Espanha em 2007. Também, segundo ele, houve em setembro de 2005, na
101 Assembléia Geral das Nações Unidas, a introdução do tema do trabalho decente. Em
102 seguida, na 4ª Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, igualmente em 2005. E,

103 finalmente, em 2006, na 16ª Reunião Regional Americana, foi realizada em Brasília,
104 ocasião que foi feito o lançamento da agenda hemisférica do trabalho decente, que foi
105 adotada em maio de 2006, com base no memorando de entendimentos, que previa o
106 estabelecimento de um programa especial de cooperação técnica com a OIT para a
107 promoção de uma agenda nacional de trabalho decente. Os objetivos da agenda foram
108 discutidos e elaborados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e
109 previa a geração de trabalho decente para o combate à pobreza e as desigualdades
110 sociais, assim como a instituição e constituição de um comitê executivo interministerial.
111 No ensejo, ressaltou que a informação que tinham da Casa Civil se encontrava em
112 estágio bastante avançado depois da última revisão do Ministério do Trabalho, no final
113 do ano passado. Entretanto, essa informação não se confirmara, mas naquele momento,
114 dois ministérios haviam enviado e atualizado o parecer, e o Ministro ia estar
115 coordenando com a Casa Civil uma ação junto aos demais Ministérios para que
116 disponibilizem seus pareceres o mais rápido possível. Uma vez que as secretarias
117 especiais (ao todo quatro) disponibilizassem o parecer, a Casa Civil deveria emitir.
118 Assim, a expectativa era que em março pudessem ter tal minuta liberada para
119 encaminhar à Presidência da República e, portanto, a publicação do decreto de criação
120 do comitê interministerial; também pontuou que a agenda previa três prioridades: a
121 geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades de tratamento; a
122 erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, especialmente em
123 suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites do diálogo social como
124 instrumento da governabilidade democrática. Em relação aos resultados esperados: da
125 relação das diretrizes - geração de mais e melhores empregos com igualdade e
126 oportunidade de tratamento visando a uma política nacional de emprego elaborada e
127 implementada em consulta com os atores sociais -, e a criação de emprego produtivo e
128 com qualidade como parte das estratégias nacionais e de desenvolvimento econômico,
129 social e ambiental. Diante disso, frisou que não tinham como tarefa elaborar a política
130 nacional de emprego, tampouco a política de geração de emprego, mas monitorar o que
131 estava sendo feito no País, no intuito de identificar quais eram, do ponto de vista do
132 conceito do trabalho decente, as lacunas que precisariam ser preenchidas nas políticas
133 públicas, que pudessem efetivar a concretização dessas diretrizes. Para a segunda
134 diretriz, delineou a erradicação do trabalho escravo e o trabalho infantil, sobre os quais
135 os resultados esperados eram os planos nacionais de erradicação do trabalho e
136 erradicação do trabalho escravo, implementados e monitorados com ênfase nas

137 convenções da OIT. Da terceira diretriz, assinalou o fortalecimento do diálogo social,
138 em que se esperava mecanismos de diálogo social consolidados e institucionalizados.
139 Por outro lado, como cultura, o fortalecimento da cultura do diálogo social. Então, do
140 ponto de vista da estratégia de construção de um Plano Nacional de Promoção de
141 Trabalho Decente, ressaltou que foram pensados os seguintes passos: o que estava
142 previsto no memorando, que era a instalação do Comitê Executivo; depois,
143 levantamento das ações nos órgãos que compõem o comitê executivo; realizar oficinas
144 de trabalho com os conselhos e as comissões tripartites, para trabalhar os passos de
145 elaboração do plano, pois, umas das metas do milênio previam a redução da pobreza
146 pela metade até 2015, o que significava que deveriam discutir a questão de metas
147 nacionais e de inclusão dos programas de ações no plano plurianual, além da
148 constituição de metodologia para avaliação periódica dos resultados alcançados pelo
149 Plano Nacional de Trabalho Decente. Para o lançamento do Plano, tal e qual divulgação
150 entre os diversos segmentos empresariais e sindicais, mencionou que começou-se um
151 trabalho no sentido de buscar desenvolver e encontrar uma frase que melhor expressasse
152 o conceito de trabalho decente, a qual poderá ser utilizada como *slogan* da campanha.
153 Diante do exposto, o senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE, reiterou que a idéia
154 era de que até abril trabalhassem efetivamente, no sentido de encontrar condições de
155 articular os diversos programas de ações para o lançamento nacional. Do ponto de vista
156 do marco institucional: nos organismos que deveriam compor o comitê interministerial
157 estava previsto o Ministério do Trabalho e Emprego, que preside o comitê, o Ministério
158 das Relações, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Previdência
159 Social, Justiça, Educação e Saúde; das Secretarias de relações institucionais da
160 Presidência da República: a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade
161 Racial da Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres da
162 Presidência da República e também a Secretaria Especial de Direitos Humanos ligada à
163 Presidência da República. Em seguida, de posse da palavra, o senhor José Marçal
164 Jackson Filho, Suplente Fundacentro, referiu que a área do trabalho, saúde e
165 previdência, estavam em consonância com os efeitos no processo produtivo. Então,
166 pensar em trabalho decente ou trabalho precário decorria de uma série de escolhas
167 industriais, políticas industriais e agrícolas. Por isso, para ele, se esses atores sociais e
168 econômicos não tivessem participando do processo, iam continuar na mesma situação,
169 depois de ficar tentando impor regras para combater o que determinadas escolhas
170 políticas. No íterim, o senhor Anízio Melo, da CUT, fez alusão ao Fórum

171 Internacional, em Pequim, onde foi trabalhada a questão da globalização, relações de
172 trabalho e organização dos trabalhadores em que um dos pontos delineados foi a
173 questão do trabalho decente. Por essa razão, achava de fundamental importância o
174 comitê, que ia atuar numa conjuntura em que as centrais sindicais estavam numa grande
175 campanha. Assim, por parte dos trabalhadores, o objetivo era tentar junto aos outros
176 atores, ao governo e a entidades patronais, que se pudesse encontrar um ponto de
177 equilíbrio para que a comissão criasse as referências, mas tinham preocupação com o
178 prazo. Nesse instante, a palavra foi dada a senhora Cristina Soares Linhares, da CNI,
179 colocou que dentro duma das ações havia três prioridades: o apoio às instâncias, diálogo
180 social já existentes e a comissão tripartite de igualdade e oportunidades. Por isso, quis
181 saber como era que o resgate do trabalho na comissão ia ser feito, até em função das
182 alterações que ocorreram na pasta. Em resposta às questões colocadas, o senhor Mario
183 dos Santos Barbosa, do MTE, avaliou que considerava absolutamente indispensável que
184 se trabalhasse no sentido da orientação que a própria OIT tinha dado à importância do
185 entrelaçamento das políticas sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, disse que
186 era importante que o Ministério do Trabalho e o comitê pudesse ter uma participação
187 ativa, inclusive na formulação das políticas, fosse política econômica, industrial e
188 comércio exterior. Para a questão do Anízio, respondeu que tinham compromissos e
189 tarefas que eram imediatas, algumas eram de médio e longo prazo, pois a idéia era se
190 pudesse construir de forma consensuada um Plano Nacional de Trabalho Decente, de
191 forma que num primeiro momento tivesse condição de organizar os diversos programas
192 e ações que hoje estavam no âmbito dos ministérios e que não permitisse uma
193 visibilidade em conjunto, e que isso pudesse constituir um grande “guarda-chuva”
194 nacional para iniciativas regionais, estaduais e municipais, onde houvesse o mínimo de
195 articulação social capaz de levar o tema e pudesse, efetivamente, ter o máximo de
196 capilaridade. Aproveitou para mencionar já em curso na Bahia a Agenda Bahia de
197 Trabalho Decente, que devia constituir um piloto, já que a construção seria no âmbito
198 nacional, tripartite e, ao mesmo tempo, nos diversos níveis, o que poderia ampliar ao
199 máximo consultas com a sociedade civil onde houvesse articulação. Por outro lado, o
200 senhor Sílvio Luiz Alves Carneiro, da Força Sindical, pontuou que no início do mês de
201 novembro do ano passado, a Força Sindical promoveu uma conferência nas cidades de
202 Riveira, no Uruguai, e Livramento, no Brasil, sobre o bioma pampa, de modo que foi
203 inserida na conferência a questão do trabalho decente. Ao mesmo tempo, disse que
204 estavam realizando no dia 7 de março um seminário sobre desertificação no Rio Grande

205 do Sul, no qual havia uma série de legislações que protegiam o Nordeste e não o Rio
206 Grande do Sul, onde havia uma área enorme sendo tomada pelos efeitos da seca. De
207 acordo com ele, tudo isso entrava na tônica dentro de cada conferência, bem como no
208 seminário da desertificação a questão do trabalho decente. Além disso, falou que no dia
209 23 de novembro, um dos filiados - o Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto
210 Alegre - escreveu na primeira cláusula da sua convenção coletiva a cláusula do trabalho
211 decente, à qual seria distribuída na convenção; lembrou que ela havia sido enviada ao
212 Ministério do Trabalho e à OIT, mas não obtiveram nenhum tipo de manifestação
213 positiva ou negativa. Além do mais, ressaltou que estavam com uma campanha pronta
214 em Porto Alegre, com *outdoors*, faixas e uma série de eventos com relação ao trabalho
215 decente, de modo a traduzir uma roupagem nova a despeito de tudo que vinham
216 fazendo. Assim sendo, estavam de mãos atadas para poder exercitar a discussão, até por
217 que a área patronal e a área do governo, no caso em Porto Alegre, da Delegacia
218 Regional do Trabalho, tinham sido bons parceiros na discussão. Porquanto, o senhor
219 Mario dos Santos Barbosa, do MTE, assinalou que houve, entre outros seminários, um
220 seminário internacional e, em São Paulo, no ano de 2007, um seminário das centrais
221 sindicais, no qual foi tirado um plano de trabalho. Sendo assim, orientou que sempre
222 que se tratar do tema trabalho decente, buscassem encaminhar ao gabinete, à assessoria
223 internacional, que será a secretaria técnica da agenda, de maneira que a informação
224 tivesse retorno. Para sanar dúvida, a senhora Adriana Augusta de Moura Souza, do
225 MPT, perguntou se, no caso a elaboração da proposta, tinha como base só a compilação
226 dos programas ou haveria algo inovador, porque percebia que havia muitos programas
227 em curso e que alguns deles não tinham uma implementação efetiva. Dessa forma,
228 queria saber como se daria, se havia direcionamento orçamentário para realização dos
229 programas, ou se entrava no conjunto de programas e planos de ação desenvolvidos
230 pelo governo. Se isso se tornava um plano ou era apenas compilação dos planos. Em
231 resposta, o senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE, delineou que essa pergunta era
232 importante, uma vez que poderia estimular uma outra, mais o debate das pessoas que
233 iam intervir na parte da sessão. A idéia era exatamente que esse primeiro movimento
234 tivesse o seguinte diagnóstico: quais as ações e programas nacionais já existiam? O
235 diagnóstico permitiria visualizar o alcance da intervenção do estado brasileiro na
236 questão do trabalho decente? Com isso, lembrou que acabou de ser lançado o programa
237 dos chamados Territórios da Cidadania - uma intervenção na questão do campo,
238 emprego e ocupação rural. Por conseguinte, pontuou que na área faltava ação e política

239 pública para provocar o governo e, assim, pudessem redirecionar. Assim sendo, o
240 senhor Anízio Melo, da CUT, mostrou preocupação em relação à da necessidade de ter
241 um prisma mais geral dos outros projetos, de modo que com eles pudessem se articular,
242 porque no caso mais específico da educação, quando se fazia trabalho decente, por
243 outro, o país indicava crescimento econômico e, também, gerava postos de trabalho e,
244 tais postos, não estavam sendo preenchidos pela não-qualificação do trabalhador; ainda
245 tinham a questão do analfabetismo com vários projetos junto ao Ministério da
246 Educação. Então, sua preocupação era com a conjuntura colocada pelo fim da CPMF e
247 de todo discurso e projeções de dificuldades em relação às políticas sociais. Diante do
248 exposto, perguntou qual era a proposta do governo em relação a manter o projeto do
249 trabalho decente para traçarem diretrizes, além de como iam ter os recursos necessários
250 para dar continuidade e ampliar aqueles que já estavam em andamento e garantir novas
251 execuções? Qual era o papel do financiamento privado? Para responder, o senhor Mario
252 dos Santos Barbosa, do MTE, disse que sobre a questão de orçamento da NDD era um
253 orçamento de 200 mil reais. Nas palavras dele, para a questão do Território da
254 Cidadania, havia 11,2 bilhões reais destinados à ação. Todos os demais programas eram
255 programas previstos no PPA, do ponto de vista do Ministério do Trabalho. Apesar de
256 existir um orçamento pesado, não tinham idéia das diversas áreas, tanto do Ministério
257 do Trabalho quanto os demais orçamentos somavam. Por isso, o trabalho em grupo ia
258 permitir ter exatamente a visão do conjunto de ações, além de permitir saber qual
259 orçamento estava envolvido. Em relação à questão da participação do setor privado:
260 havia iniciativa da parceria público-privada com uma participação bastante ativa do
261 setor empregador e programas do governo. No ensejo, a senhora Mônica Lourenço
262 Veloso, da Força Sindical, aproveitou para colocar algumas colocações em relação à
263 apresentação: como o trabalho decente tinha correlação direta com as questões do
264 trabalho precário, a exemplo de alguns países que já atuavam na construção de pactos
265 de conduta e avançam para além de acordos da convenção coletiva, quando se olhava a
266 prioridade três - que seria o fortalecimento dos atores tripartites - se isso tinha
267 correlação direta, no caso do governo como um fomentador e estimulador entre as
268 relações de trabalho para construírem a esse passo. E em relação aos programas: como
269 foi dito que o diagnóstico tinha uma condição de verificar o alcance dos programas, se
270 isso ia se relacionar com as metas e da unificação da linguagem no que diz respeito a
271 uma campanha. Em atenção ao que fora dito, o senhor Mario dos Santos Barbosa, do
272 MTE, pontuou que, num primeiro momento, não teriam respostas a algumas perguntas,

273 pois teriam de buscá-las ao longo do processo de construção. Entretanto, a questão era
274 com que ações, prazos e *time* poderiam fazer isso? Quais eram as metas que
275 corresponderiam podiam visualizar do ponto de vista do resultado em termos de alcance
276 de tais metas? O que precisavam fazer para que adiante pudessem, efetivamente,
277 alcançar os resultados esperados? Diante disso, declarou que a idéia era que pudessem
278 incorporar ao plano, não no primeiro momento, mas no decorrer do trabalho, a questão
279 das metas, além de ter uma prestação crítica em relação a elas, assim como dos
280 indicadores. Para tanto, afirmou que o governo considerava fundamental a questão do
281 fortalecimento dos atores coletivos e sociais, no intuito de que pudessem influenciar o
282 processo de uma forma ativa. Do ponto de vista da linguagem, sugeriu que poderiam,
283 eventualmente, compartilhá-la em relação a alguns temas, porque conheciam que as
284 perspectivas de governo e dos atores sociais tenham suas especificidades.
285 Oportunamente, o senhor José Marçal Jackson Filho, Suplente Fundacentro, observou
286 que dentro do próprio funcionamento do Estado e de suas ações, ele estava diretamente
287 ligado a formas que não eram necessariamente decentes, de modo que era fundamental
288 que o Estado afirmar de fato como um espaço de trabalho decente; frisou que existiam
289 servidores terceirizados, programas tipo PSF em que os agentes comunitários de saúde
290 trabalhavam em situações extremamente difíceis do ponto de vista da saúde. Então,
291 tinham de pensar em como se organizar. Concordemente, o senhor Mario dos Santos
292 Barbosa, do MTE, ressaltou que fazia todo sentido que dentro desse trabalho tivessem
293 um olhar para todos espaços de relação de trabalho, inclusive o Estado, no sentido de
294 promover os padrões de relações de trabalho dentro de um conceito de Trabalho
295 Decente. E nesse sentido, chamou atenção para ações da questão do direito dos
296 servidores públicos, sindicalização e a negociação coletiva. Ademais, disse que, a partir
297 do momento que tivessem um diagnóstico mais completo, poderiam verificar
298 exatamente onde estava precisando de intervenção; sugeriu que pudessem ver uma
299 proposta de calendário ao grupo, no caso, organizar a primeira fase do plano de
300 trabalho, de modo que numa próxima reunião pudessem vir com mais subsídios,
301 inclusive, de cada setor; iam mostrar, também, um calendário que previa o seguinte: em
302 fevereiro uma primeira reunião do grupo de trabalho. Em seguida, para o mês de março,
303 propuseram fazer a segunda reunião em data a ser definida, de modo que pudessem
304 ganhar agilidade necessária para concluir a primeira fase, até final de abril; mencionou
305 que na próxima conferência de junho, o Brasil pudesse ser convidado a apresentar seu
306 plano nacional de Trabalho Decente. Para a segunda ação, disse que estavam pensando

307 para março a realização da primeira reunião do grupo executivo interministerial do
308 comitê, o qual se encontrava a tramitação. Por essa razão, pensaram que no dia 24 de
309 março pudessem fazer a primeira reunião do grupo interministerial e estariam
310 apresentando resultado do trabalho que conseguiram desenvolver até lá; ressaltou que o
311 grupo de trabalho então reunido constituísse uma instância que deveria assessorar de
312 forma permanentemente o comitê executivo interministerial. Outrossim, tinham previsto
313 para o dia 08 de abril um seminário no âmbito do MTE envolvendo as diversas áreas,
314 superintendências ou delegacias regionais também do trabalho, para fazer uma
315 apresentação como forma de formar opinião e massa crítica interna dentro do próprio
316 Ministério do Trabalho para que, a partir das ações em curso, pudessem passar a
317 identificar a relação que cada programa e ação tinha com Agenda Nacional do Trabalho
318 Decente. Posteriormente, ainda na mesma semana, fariam a segunda reunião do grupo
319 executivo interministerial previsto para o dia dez, onde saudariam a chegada do
320 Ministro. No ínterim, fez uma breve explanação ao Ministro Carlos Lupi sobre os
321 pontos delineados na reunião, ressaltando como importante a presença das áreas sociais,
322 do governo, além do diálogo com a área econômica, uma vez que elas poderiam ser
323 efetivamente convidadas a compor, para não ter que voltar todo um processo de ter que
324 fazer novas consultas, pois atrasariam ainda mais o processo; complementou que do
325 conjunto de atores que estavam participando do Comitê Interministerial - Ministério do
326 Trabalho e Emprego, Relações Exteriores, Aprisionamento Social e Combate à Fome,
327 Previdência Social, Justiça, Educação, Saúde e as Secretarias, Relações Institucionais,
328 Política de Promoção da Igualdade Racial, política para as mulheres, e Direitos
329 Humanos - entre os quais, desse conjunto de atores que participavam, dado momento,
330 apenas a Educação e Saúde devolveram o parecer para Casa Civil. A pedido do Ministro
331 Carlos Lupi, fez-se uma rodada de apresentações e constatou-se que faltou a Nova
332 Central e a Nova CTB. Em continuidade, o senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE,
333 informou ao Ministro Carlos Lupi que o grupo estava propondo uma tarefa ambiciosa
334 naquilo que fora orientação do Ministro. Assim, pressupunham que pudessem ter até
335 final de abril uma primeira fase concluída que era de reunir todas as ações e programas
336 nacionais existentes, não só no Ministério do Trabalho, mas nos demais Ministérios, de
337 forma a compor a primeira edição do Plano Nacional de Trabalho Decente; lembrou do
338 desenvolvimento da campanha de divulgação do Ministério do Trabalho, sobre a qual
339 estavam elaborando um *slogan*, uma frase que fosse simbólica do Conceito de Trabalho
340 Decente, que pudesse fazer parte da comunicação escrita, inclusive em relação à nova

341 carteira do trabalho ter alguma referência do Trabalho Decente. Portanto, que tal
342 campanha fosse educativa à sociedade brasileira, no sentido de que era preciso assumir
343 um compromisso com superação à questão do trabalho precário e redução da pobreza.
344 Por fim, contou sobre a possibilidade de um convite da OIT, para que o Brasil
345 apresentasse na próxima conferência em junho, o plano de Trabalho Decente do País.
346 Em conformidade com o que fora dito, o Ministro Carlos Lupi, pontuou que o principal
347 marco da comissão era a campanha educativa, elucidativa e informativa, uma vez que o
348 Ministério do Trabalho tinha uma ação de fiscalização, tanto no combate ao trabalho
349 escravo quanto no combate ao trabalho infantil, que eram as duas mais fortes formas de
350 trabalho degradante do ser humano. Porquanto, combatendo esse tipo de trabalho,
351 estavam gerando um Trabalho Decente, ou seja, trabalho de carteira assinada, com as
352 condições de trabalho mais dignos; frisou que estavam incentivado essa ação no ano de
353 2007 só na órbita da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, no qual tiveram mais de
354 700 mil trabalhadores com a sua carteira assinada, só pela ação da fiscalização. No
355 entanto, ressaltou ainda que, apesar da polêmica de alguns setores, o governo brasileiro,
356 depois de anos enviou um decreto ao Presidente Lula referendando as duas convenções
357 da OIT, (151 e 158), que permitem ao servidor público os acordos coletivos de trabalho
358 e a que proíbe demissões imotivadas especificadas, fruto de racismo, discriminação
359 racial, fruto de abuso sexual e assédio sexual, numa demonstração concreta do governo
360 brasileiro na tentativa na busca pelo trabalho decente. Assim sendo, sugeriu que seria
361 uma boa idéia a questão da nova carteira de trabalho, prevista para ser lançada 1º de
362 maio e sobre a qual iam ter dois tipos: o cidadão ia receber a carteira de papel
363 propriamente dito, tal e qual um passaporte com marca de linha d’água infalsificável, ou
364 melhor, com poucas possibilidades de falsificação. De acordo com o Ministro, será um
365 cartão semelhante ao do banco, sobre o qual estava buscando convênio para servir como
366 identidade, com foto, impressão digital, tipo sanguíneo, e tudo que o trabalhador ia
367 poder acessar da relação dele de trabalho, desde conta do fundo de garantia ao abono
368 salarial. Além disso, também ia permitir saber se há alguma lacuna no preenchimento
369 do número de anos e meses para aposentadoria dele. Para o Ministro, a principal tarefa
370 era conseguir consensuar um grande trabalho de conscientização dos trabalhadores, dos
371 empresários, conseguir conveniar com as instituições de comunicação uma maior
372 divulgação disso, fazer uma cartilha a exemplo da que foi feita no CNIg, e pensar nas
373 possíveis medidas que o governo brasileiro tomou para melhorar a relação do Trabalho
374 Decente – estratégia fundamental para evolução do País, bem como para o bom

375 conceito que se quer atingir em nível internacional. Doravante, delineou que a principal
376 tarefa era consensuar que poderia ser exigido do governo medidas, e que tipo de
377 trabalho mais eficiente poderiam fazer na divulgação no âmbito do Ministério do
378 Trabalho, uma vez que tinham várias repartições públicas estaduais, municipais, que
379 podiam ajudar na publicidade da ação; no âmbito do Ministério tinham as
380 superintendências regionais, antigas delegacias, agências de trabalho, antiga
381 subdelegacia, escritórios, conveniados, além da previdência que também possuía uma
382 estrutura muito grande. Ao final, solicitou que todos trabalhassem no sentido de que o
383 mecanismo enquanto governo fosse mais eficiente na busca do trabalho decente como
384 uma campanha nacional, conscientizando tanto o empregador quanto o trabalhador;
385 agradeceu a presença de todos e despediu-se da reunião. Gentilmente, o senhor Mario
386 dos Santos Barbosa, do MTE, agradeceu as palavras de estímulo do Ministro dirigidas
387 ao grupo e retornou ao ponto de se fazer no dia dez de abril a reunião do grupo
388 interministerial para se fazer um levantamento preliminar em relação aos demais
389 Ministérios e identificar ações e programas que depois pudessem ser referendados,
390 alterados ou complementados pelos representantes do grupo interministerial, pois
391 ganharia agilidade. Por assim dizer, a idéia era que nessa reunião do dia dez, depois da
392 reunião do dia 24 de abril pudessem ter concluído uma proposta básica de PNDDT,
393 portanto, para entrar em processo de preparação no lançamento de uma campanha
394 nacional já com *slogan* definido sobre Trabalho Decente; disse que a idéia era que na
395 semana do 1º de maio fosse oportunidade caso o processo efetivamente caminhasse bem
396 em relação aos pareceres dos Ministérios que faltavam. Em seguida, falou que teriam
397 ainda no primeiro de junho não só data a confirmar, mas também o próprio convite a
398 confirmar sobre a apresentação da proposta na conferência internacional do trabalho na
399 OIT, além da idéia de que no mês de junho pudessem realizar um seminário com as
400 Secretarias Estaduais de Emprego, no intuito de apresentar a proposta e levar a
401 discussão para os estados, como parte de um processo de envolvimento efetivamente
402 das diversas instâncias de governo. Para o segundo semestre, pontuou que a idéia era a
403 realização de seminários nas cinco regiões do País: norte, nordeste, centro-oeste, sul,
404 com os atores sociais e as instituições e instância de governo, de modo a poderem levar
405 o debate para o País como um todo e, com isso, estimular iniciativas regionais,
406 estaduais, em nível dos municípios. Logo, complementou que a idéia era para que em
407 2008 pudessem ter um intenso programa de trabalho em relação ao tema. O senhor
408 Anízio Melo, da CUT, manifestou que tinham uma tarefa importantíssima no debate do

409 País para América Latina, era a referência que o Brasil tinha para o mundo, além de que
410 o convite da OIT levava a um grande desafio. Porquanto, o senhor Mario dos Santos
411 Barbosa, do MTE, declarou que a tarefa era de curto prazo e ia exigir uma grande
412 dedicação, de modo que teriam de fazer até o final de abril uma reunião quinzenal, a
413 cada 15 dias, para acompanhar o andamento da ação. Depois, veriam eventualmente
414 uma reunião mensal do grupo, mas tendo em vista o calendário para 2008, propôs que
415 fizessem uma reunião quinzenal até maio, depois uma reunião mensal. Em relação aos
416 seminários, delineou que no primeiro seminário regional, das cinco regiões, onde foi
417 colocado o tema que os atores pudessem discutir, assimilar, tendo a perspectiva de um
418 segundo seminário, também regional, para efetivamente dar segmento ao tema, algo
419 para 2009, uma vez que não podiam pensar em algo de imediato; igualmente, projetar
420 para 2009 um segundo seminário também regional, com as questões que as regiões
421 tivessem colocado paralelamente a todo trabalho que iam fazer em relação à questão de
422 correspondência, meta, questão de indicadores e articulação. Ao mesmo tempo, a
423 questão dos mecanismos de funcionamento enquanto grupo de trabalho, através das
424 reuniões, o Regimento Interno, para que, efetivamente chegasse às reuniões do Comitê
425 Interministerial; teriam outra dinâmica determinada pelos Ministros, para assim definir
426 a relação efetiva do grupo que se propunha ser um grupo de assessor técnico no comitê
427 interministerial. Da mesma forma, a senhora Maria Lúcia Pimentel, da CGTB, ressaltou
428 que tinham de fazer o todo empenho, mas não medir nenhum esforço de preparar a
429 divulgação na OIT, pois isso passaria a ser um referencial para outros atores, ao que o
430 senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE, destacou que Brasil estava tendo
431 oportunidade histórica e muito singular, que favorecia ao avanço das ações, além de
432 trabalhar com a perspectiva de que pudesse com êxito ser referência para outros países,
433 no caso da integração no Mercosul. Do calendário de 2008/2009, teriam oportunidade,
434 portanto, de mostrar nos fóruns internacionais além da OIT, alguns fóruns regionais, ou
435 seja, os avanços que eventualmente inspirassem iniciativas. Na seqüência, a senhora
436 Josineide de Camargo Souza, da UGT, disse que seria oportuno no 1º de maio, a
437 apresentação na conferência pudesse pensar das centrais sindicais numa ação já em
438 nível nacional de divulgação, uma prática através das centrais com seus eventos no dia
439 do trabalho. De posse da palavra, Mario dos Santos Barbosa, do MTE, disse que
440 tinham de decidir a questão da próxima reunião do grupo, pois iam ter do período de 09
441 a 19 uma reunião do comitê, do Conselho de Administração da OIT. Diante disso, tinha
442 proposta de data para a próxima reunião, de modo que sugeriu que pensassem na quinta

443 ou sexta-feira para segunda reunião. Além disso, em relação à campanha de divulgação,
444 declarou que conseguiram avançar na idéia de se ter um *slogan* da campanha, embora o
445 prazo parecesse curto, mas que para que dessem conta, propôs que se fizesse na quinta
446 ou sexta-feira, dia 06 ou 07 de março no Ministério do Trabalho, ao que o senhor Paulo
447 Sérgio Almeida, representante do CNIg/MTE, sugeriu dia 07, pois dia 06 coincidia
448 com outro grupo de trabalho, ao que o senhor Mario dos Santos Barbosa, representante
449 do MTE, concordou. Assim, a senhora Cristina Soares Linhares, da CNI, pediu que se
450 enviassem uma breve do Regimento Interno usando meio eletrônico, para que na
451 próxima reunião, houvesse um esforço conjunto de se ter uma minuta. Assim sendo, o
452 senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE, assumiu o compromisso, de até quarta-
453 feira, dia 05 de março, distribuir uma proposta de regimento para apreciação, dado que
454 decidiram pelo horário das dez horas às treze horas. Em última análise, a senhora
455 Beatriz Cunha, da OIT, comentou que um dos instrumentos, além de todas as questões
456 que foram colocadas durante a reunião em relação às prioridades, na agenda estava
457 previsto um instrumento de cooperação Sul-Sul, como um dos mecanismos de
458 implementação da agenda. E no ano passado foi assinado entre a OIT e o Ministro das
459 Relações Exteriores um importante memorando de entendimento - o primeiro a ser
460 lançado e ser firmado com essa característica -, em que o Brasil se colocava como um
461 parceiro de outros países em desenvolvimento, em especial os países africanos de
462 Língua Portuguesa, os países da América Latina, Índia e África do Sul, como um
463 parceiro nas questões de combate ao trabalho infantil, de forma a levar a tais países a
464 experiência e o conhecimento desenvolvido tanto pelos órgãos de governo quanto pelas
465 organizações de empregadores e trabalhadores. Em outras palavras, esse memorando
466 lançava as bases do que foi chamado de iniciativa Sul-Sul de combate ao trabalho
467 infantil. Ao final da reunião, depois de todos os pontos discutidos e, sem mais quaisquer
468 outros assuntos a tratar, o senhor Mario dos Santos Barbosa, do MTE, agradeceu a
469 presença de todos e deu por encerrada a reunião, lavrando a presente Ata, que vai por
470 todos assinada, com lista de presença anexa, a qual passará a integrá-la.